



## Socioantropologia de Povos e Comunidades Tradicionais Costeiras e Ribeirinhas

Flávio Bezerra Barros  
Francisca de Souza Miller  
Cristiano Wellington Noberto Ramalho



EDITORA  
INEAF

Socioantropologia de Povos e  
Comunidades Tradicionais  
Costeiras e Ribeirinhas

Flávio Bezerra Barros  
Francisca de Souza Miller  
Cristiano Wellington Noberto Ramalho

# Socioantropologia de Povos e Comunidades Tradicionais Costeiras e Ribeirinhas



**EDITORA**  
INEAF

Belém, PA  
2023



**Universidade Federal do Pará - UFPA**

Reitor - Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor - Gilmar Pereira da Silva

**Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares - INEAF**

Diretor - William Santos de Assis

Diretor Adjunto - Paulo Fernando da Silva Martins



**EDITORA**  
INEAF

**Editora do INEAF**

Editora-Chefe - Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos

Editor-Executivo - Fábio Leandro Halmenschlager

Editor-Assistente - Carlos Valério Aguiar Gomes

1ª Secretária - Naiara Soraia Lisboa Lima

2ª Secretária - Lívia Silva Santos

**Conselho Científico**

Brian Garvey - Universidade de Strathclyde

Carlos Valério Aguiar Gomes - UFPA

Elder Andrade de Paula - UFAC

Fábio Leandro Halmenschlager - UFPA

Gregory M. Thaler - Universidade da Geórgia/USA

Gutemberg Armando Diniz Guerra - UFPA

James Fraser - Universidade de Lancaster

Jeffrey Hoelle - Universidade da Califórnia/USA

Laure Empaire - Institut de Recherche pour le Développement (IRD)

Maurício Gonsalves Torres - UFPA

Paulo Fernando da Silva Martins - UFPA

Sônia Barbosa Magalhães - UFPA

**Projeto Gráfico**

Cauã Victor Silva  
Lívia Silva Santos  
Sônia Barbosa Magalhães

**Editoração Eletrônica**

Cauã Victor Silva

**Revisão**

Flávio Bezerra Barros

**Normalização**

Naiara Soraia Lisboa Lima

Capa: Dia de Mariscar

Andreia Santos

Acrílica sobre Tela, 27 x 35

2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
de acordo com ISBD**

**Biblioteca do INEAF/UFPA-Belém-PA**

---

S678 Socioantropologia de povos e comunidades tradicionais costeiras e ribeirinhas [recurso eletrônico] / Organizadores: Flávio Bezerra Barros, Francisca de Souza Miller, Cristiano Wellington Noberto Ramalho – Belém: INEAF, 2023. PDF (202 p.) : il. color.

Inclui bibliografias

ISBN 978-65-89473-05-3 (livro digital)

1. Antropologia. 2. Comunidades tradicionais. I. Barros, Flávio Bezerra, org. II. Miller, Francisca de Souza, org. III. Ramalho, Cristiano Wellington Noberto, org.

CDD 22. ed. – 305.8981

---

Elaborado por Naiara Soraia Lisboa Lima – CRB- 2/1563

**Realização**

Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF/UFPA)  
Rua Augusto Corrêa, nº 1, Campus Universitário do Guamá, Belém, Pará  
CEP: 66075-110 - Fone: (91) 3201-7913  
E-mail: editoraineaf@ufpa.br

---

---

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>7</b>
	<b>PREFÁCIO</b> .....	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	O caso da pesca artesanal da Ilha do Maio, Cabo Verde, em perspectiva etnográfica: um ensaio sobre o contexto de crise do pescado e seus desdobramentos no cotidiano da pesca <i>João Paulo Araújo Silva</i>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	"Ninguém sabe que a gente existe": reflexões antropológicas com pescadoras embarcadas da pesca artesanal lagunar no Rio Grande do Sul <i>Liza Bivalha Martins, Gianpaolo Knoller Adomilli</i>	<b>37</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	Breve etnografia do comércio de peixes em dois municípios do Sul do Espírito Santo: aspectos morais do Sistema de Crédito Econômico Local <i>Márcio Filgueiras, Ana Beatriz Oliveira, Edilson de Oliveira Costa, Higor Goltara Bianchine, Wagner Lieres dos Santos</i>	<b>59</b>
<b>CAPÍTULO IV</b>	O Cajueiro: uma releitura etnocartográfica do processo de territorialidade <i>Luciana Railza Cunha Alves, Gerson Carlos Pereira Lindoso, Christiane de Fátima Silva Mota</i>	<b>74</b>
<b>CAPÍTULO V</b>	O leme: histórias e lutas das pescadoras <i>Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão, Amanda Gonçalves Pereira</i>	<b>89</b>
<b>CAPÍTULO VI</b>	O cultivo de ostra do mangue pelos Potiguara no litoral norte da Paraíba: alternativa produtiva e sustentabilidade <i>Fabiana Bezerra Marinho, Maristela Oliveira de Andrade, Maria Cristina Crispim</i>	<b>114</b>
<b>CAPÍTULO VII</b>	Turismo de base comunitária e o fortalecimento dos movimentos de resistência territorial: o caso na comunidade tradicional quilombola do Cumbe, Aracati, Ceará, Brasil <i>Anderlany Aragão dos Santos, Francisca de Souza Miller, Doris Almeida Villamizar Sayago</i>	<b>134</b>
<b>CAPÍTULO VIII</b>	Turismo e agência entre os ribeirinhos: a casa de chocolate da Ilha do Combú, Pará <i>Thainá Guedelha Nunes, Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado</i>	<b>154</b>
<b>CAPÍTULO IX</b>	Práticas extrativistas na Ilha do Marajó, Pará: influências do Programa Bolsa Família e de fatores endógenos e exógenos na dieta alimentar de famílias ribeirinhas <i>Vivianne Nunes da Silva Caetano, Flávio Bezerra Barros</i>	<b>177</b>
	<b>SOBRE ORGANIZADORES E AUTORES</b> .....	<b>199</b>

---

---

## APRESENTAÇÃO

A ideia da construção desse livro nasceu a partir do Grupo de Trabalho (GT) "Antropologia de povos e comunidades tradicionais costeiras e ribeirinhas", o qual reuniu resultados de estudos de pesquisadores e pesquisadoras de várias partes do Brasil, durante a VI Reunião Equatorial de Antropologia, ocorrida em Salvador/BA, entre 9 e 12 de dezembro de 2019. O GT teve como objetivo refletir acerca do contexto das pesquisas antropológicas sobre grupos que habitam as regiões costeiras e ribeirinhas brasileiras desde seus processos de percepção e percursos no ambiente marítimo-costeiro e ribeirinho.

Em face da qualidade e importância dos trabalhos para o conhecimento socioantropológico dessas categorias sociais que desenvolvem, a partir dos seus diferentes modos de viver e criar, suas práticas sociais cotidianas para a reprodução material e simbólica de suas famílias, consideramos que este empreendimento seria de enorme relevância para dar a conhecer esses contextos no Brasil, e também um caso em Cabo Verde, África.

No capítulo um, João Paulo apresenta resultados de sua pesquisa de mestrado levada a cabo na Universidade Federal de Minas Gerais, cujo foco foi compreender o processo de invisibilização de comunidades de pescadores artesanais em Porto Inglês, na Ilha do Maio, Cabo Verde. Partindo de uma abordagem histórica, e também etnográfica, com trabalho de campo conduzido no terreno das águas marinhas da região insular, o pesquisador quis também entender os desdobramentos sociais e políticos dessa invisibilização no cotidiano das pescas no contexto dos conflitos locais.

Já o segundo capítulo do livro nos transporta para o Rio Grande do Sul, com o estudo preconizado por Liza e Gianpaolo, envolvendo mulheres pescadoras embarcadas na Lagoa Mirim e no estuário da Lagoa dos Patos. A pesquisa se desenvolveu com base numa perspectiva etnográfica a fim de compreender os processos de aprendizagem, criatividade, improvisação e subversão constituidores dessas mulheres e das práticas cotidianas de corpos femininos engajados nos ambientes, desde uma pegada das epistemologias ecológicas. No emaranhado da vida e das lutas cotidianas em um cenário de conflitos socioambientais no território em causa, essas mulheres da pesca constroem suas vidas, histórias e desafios junto ao desejo de pescar, de se manter na pesca, de serem reconhecidas e de ensinar e aprender com as novas gerações, tal como afirmam os autores.

Sáimos do Rio Grande do Sul e partimos para o litoral do Espírito Santo. Neste terceiro capítulo, os autores nos brindam com o estudo conduzido em dois municípios do sul do estado, com o propósito de entender, partindo de uma abordagem etnográfica, os aspectos da comercialização de peixes e outros produtos do mar, identificando suas bases culturais e como a atividade afeta a organização dos negócios locais.

A quarta contribuição, que constitui o capítulo de número quatro, intitulada "O Cajueiro: uma releitura etnocartográfica do processo de

territorialidade”, de autoria de Luciana Alves, Gerson Lindoso e Christiane Mota, nos lança agora para o Nordeste do Brasil, mais precisamente para o Maranhão. Neste texto, os autores socializam resultados de estudos desenvolvidos no Território do Cajueiro frente ao processo de expansão de empreendimento portuário privado na área do Itaqui Bacanga, em São Luís. A investigação procurou analisar as lutas e como este grande projeto dito de desenvolvimento vem afetando a vida de moradores que encontram na atividade da pesca seu modo de viver. O enredo caminha por questões que envolvem as formas de apropriação do território pelos sujeitos, destacando a pesca, as religiosidades, relações de parentesco, dentre outras. Partindo do Maranhão, os ventos nos levam agora para Pernambuco.

O LEME: histórias e lutas das pescadoras. Esse é o título do quinto capítulo que compõe o livro. De autoria de duas mulheres pesquisadoras, Maria do Rosário e Amanda Pereira, o manuscrito aborda a questão da divisão sexual do trabalho e suas consequências na precarização do trabalho das pescadoras e na vulnerabilidade social que as atinge; e a luta e o engajamento político das mulheres pescadoras por direitos e políticas públicas que lhes contemplem e pela ocupação dos espaços de poder e tomada de decisões, no contexto da pesca artesanal em Pernambuco. Seguindo viagem pelas águas do litoral brasileiro, nosso barco ruma para a Paraíba.

O sexto capítulo que integra a obra se intitula “O cultivo de ostra do mangue pelos Potiguara no Litoral Norte da Paraíba: alternativa produtiva e sustentabilidade”, também de autoria de três mulheres pesquisadoras, Fabiana Marinho, Maristela Andrade e Cristina Crispim. No presente texto, as autoras socializam a análise que fizeram em torno da atividade da ostreicultura desenvolvida pelos indígenas da etnia Potiguar, no litoral norte paraibano. Em decorrência da diminuição do pescado e, conseqüentemente, afetando a vida das comunidades pesqueiras, tais grupos sociais vêm exercendo novas formas produtivas e de obtenção de renda, como o trabalho no corte de cana-de-açúcar e a construção civil. Nossa próxima paragem será no litoral cearense, novamente sob a companhia de três mulheres: Anderlany, Francisca e Doris.

O capítulo sete analisa uma experiência de turismo de base comunitária (TBC) no litoral do Ceará, mais precisamente na comunidade quilombola e pesqueira do Cumbe. Os estudos desenvolvidos pelas autoras demonstraram que essa iniciativa fortaleceu a luta e o movimento de resistência territorial dos atores locais em razão dos conflitos ocasionados por empreendimentos de produtores de camarão e energia eólica na área em comento. Tendo como ponto de partida a pergunta “como o turismo de base comunitária pode fortalecer movimentos de resistência territorial?”, o texto nos mostra como a organização social e política em torno de um propósito pode fortalecer as lutas por direitos territoriais das comunidades tradicionais. Estamos quase chegando ao fim da viagem. Nossas próximas paragens acontecerão na região amazônica, Norte do Brasil, ambas no Pará, e em contextos de águas doces e povos ribeirinhos.

A partir de um estudo de cunho etnográfico, a investigação compartilhada no oitavo e penúltimo capítulo se debruçou no intento de compreender as tramas de um empreendimento de uma mulher ribeirinha, dona Nena, que idealizou sua fábrica de chocolate a partir da valorização de produtos e recursos locais existentes na Ilha do Combu, localizada na região



insular de Belém. Considerando o processo de invisibilidade por qual passou a referida ilha e seus moradores ribeirinhos, o turismo trouxe várias possibilidades de renda para as famílias locais. As autoras, partindo dos temas da Antropologia do Turismo e Antropologia das populações tradicionais, nos contam aqui sobre esse caso. Para finalizar essa incrível viagem, cujo planejamento teve início em São Salvador da Bahia, em 2019, apresentamos um estudo conduzido na comunidade ribeirinha de Santa Luzia, na Ilha do Marajó, no Pará.

Assim, o nono e derradeiro capítulo dessa obra nos remete ao interior das águas amazônicas, para mostrar os resultados de estudo que investigou os impactos das políticas públicas assistenciais na vida das populações ribeirinhas, neste caso, o Bolsa Família (atual Auxílio Brasil). Com base numa perspectiva antropológica, a investigação concluiu que a política pública em referência trouxe diversas transformações no modo de vida das famílias rurais, sobretudo no que confere os hábitos alimentares, sem, contudo, abandonar suas formas de obtenção de recursos alimentares e modos de comer na sua relação com a natureza por meio de suas atividades produtivas na pesca, na agricultura e no extrativismo vegetal.

Agradecemos vivamente aos autores e autoras que aceitaram compartilhar seus estudos de incontestável relevância para a construção do conhecimento socioantropológico em contextos costeiros e ribeirinhos envolvendo povos e comunidades tradicionais. Desejamos que esta obra possa contribuir com a reflexão de processos sociais, políticos e acadêmicos, sobretudo em tempos de intensificação de conflitos sociais, desqualificação da ciência pelo Governo Federal, sobretudo no campo das ciências sociais e humanas, e tentativa de aniquilação do meio ambiente e dos territórios sagrados de povos e comunidades tradicionais, incluindo pescadoras e pescadores artesanais do Brasil. Uma prazerosa leitura!

*Flávio Barros*  
*Francisca Miller*  
*Cristiano Ramalho*  
*(Organizadores)*

## PREFÁCIO

Diversidade social e diversidade ambiental são temas de fundo que aparecem na cena deste livro, para os quais confluem os artigos e ensaios contidos nos nove capítulos que o compõe, cujos títulos e temas aportados por seus organizadores e autores, foram embarcados no convés deste barco à luz de teorias e metodologias pertinentes, acompanhadas de experiências de trabalhos de campo. Chegaram aqui a partir de portos, praias, rios, ilhas e comunidades humanas tradicionais de zonas costeiras, estuarinas e insulares - no Brasil e em Cabo Verde. Alguns oriundos de teses de pós-graduação e de cursos do ensino superior (neste caso, me parece ser muito interessante para o incentivo e diversificação de pesquisas no Brasil). Assim, trazem contribuições científicas para as temáticas em epígrafe e para a compreensão de outras situações e questões correntes que estão a permear a vida contemporânea destes povos e comunidades, em cujo universo afloram, vivificam práticas tradicionais e reproduzem saberes, conhecimentos, acenando para outras ontologias – outras visões de mundo para além da ocidental no mundo contemporâneo – isto é, para outras lógicas no perceber e se relacionar com a natureza - práticas tradicionais construídas e transmitidas por gerações no cotidiano com a natureza.

Os Organizadores deste livro, que sai em nova viagem após um evento científico, – Professores Doutores Flávio Barros (Universidade Federal do Pará), Francisca Miller (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) e Cristiano Ramalho (Universidade Federal de Pernambuco) e os autores, trazem na bagagem experiências densas de pesquisa com recortes teóricos e trabalhos de campo consistentes, as quais vêm contribuir para atualizar conhecimentos e a compreensão do ser e do fazer destes povos, dos movimentos e configurações relacionados à dinâmica social que os permeia, cenários, valores comunitários, contradições entre regramentos tradicionais e estatais, situações recorrentes, expectativas e perspectivas pertinentes ao devir destes povos e comunidades tradicionais costeiras e ribeirinhas. Povos e comunidades cujos estudos aqui apresentados sob olhar e conteúdo diversos, tais como os aqui contidos neste livro, vêm trazer materiais contributivos à reflexão, ao avanço e enriquecimento da produção acadêmica neste contexto. E mais, contribuir para o fortalecimento de um subcampo disciplinar da Antropologia relacionado aos povos pescadores tradicionais, dentre outros, como já pensava o antropólogo Yvan Breton, da Université Laval - Québec, grande parceiro nosso no âmbito do projeto RENAS do Museu Paraense Emílio Goeldi, em uma de suas obras (Breton, Yvan. *L'anthropologie sociale et les sociétés de pêcheurs: réflexions sur la naissance d'un sous-champ disciplinaires*. Université Laval. 1981 vol. 5, numéro 1).

E nessa linha teórico-metodológica seguida pelos autores, onde o olhar, ouvir e escrever (Cardoso de Oliveira, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. 3. Ed. Brasília: Paralelo 15, São Paulo: Editora Unesp, 2006.222p) estão presentes, este livro vem fortalecer cursos de graduação e pós-graduação nas universidades brasileiras e prestigiar o protagonismo desses povos e comunidades aqui tratados durante as pesquisas e trabalhos de campo. Esta publicação incentivará certamente o diálogo entre pares nacionais e internacionais, o diálogo interdisciplinar entre as ciências sociais e ciências

afins fortalecendo-as no contexto científico e no plano da dignidade que merecem. Por outro lado, fortalecerá o debate no qual os povos e comunidades tradicionais através de associações, movimentos sociais coletivos comunitários têm tido destaque em insights, debates, reflexões e críticas pertinentes ao contexto geral de ações e de políticas públicas que os envolvem.

E finalizando, diria mais: o conteúdo deste livro vem em boa hora contribuir para o entendimento/compreensão dos movimentos, configurações político-sociais e ambientais, resultantes de impactos da dinâmica social transversal que permeiam e afetam o ser e o fazer destes povos e demais segmentos em sua territorialidade, sua cultura e práticas sociais, assim como em suas escolhas, visibilidade, ontologias, visão de mundo, percepções e tratos ambientais, direitos e dignidade, historicidade, processos socioculturais, enfim, em suas especificidades ou particularismos socioculturais e ambientais em relação às fronteiras vis-à-vis. Nos traz conteúdos de interesses não só do campo acadêmico mas dos coletivos comunitários, associações locais e movimentos sociais também.

Assim, esta obra nos convida a percorrer os itinerários teórico-metodológicos traçados pelos cientistas sociais que o subscrevem, a dialogar com as reflexões e conclusões alcançadas com suas análises e, conhecer e contemplar os cenários que compõem a história, trajetória e vida destes povos face às dinâmicas sociais que os afetam, do ponto de vista social, cultural, ambiental e territorial, no contexto dos ecossistemas enfocados! Tudo isso o leitor encontrará no momento da atracação deste barco no porto a que se destina.

Os organizadores e autores convidam-nos a entrar neste barco – chamado Socioantropologia de Povos e Comunidades Tradicionais – para mergulhar no mar costeiro, nas águas ribeirinhas e imergir no universo dos povos costeiros e ribeirinhos – cujos territórios mesclam vida, valores, conhecimentos, tempo e trabalho.

*Lourdes de Fátima Gonçalves Furtado*  
*Coordenação de Ciências Humanas e Sociais*  
*Museu Paraense Emílio Goeldi*

## **O CASO DA PESCA ARTESANAL NA ILHA DO MAIO, CABO VERDE, EM PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA: UM ENSAIO SOBRE O CONTEXTO DE CRISE DO PESCADO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO COTIDIANO DA PESCA**

*João Paulo Araújo Silva*

Universidade Federal de Minas Gerais

Este ensaio deriva da minha dissertação de mestrado defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais que tratou do tema da pesca artesanal na localidade de Porto Inglês, Ilha do Maio. A abordagem teórica do contexto etnográfico em questão foi construída a partir de uma leitura etnográfica do conflito socioambiental vivido por estes atores sociais (SILVA, 2018), em conexão com alguns elementos da teoria decolonial, mais especificamente de sua abordagem crítica a respeito do caráter colonial da modernidade (BALLESTRIN, 2013).

Como veremos mais detalhadamente adiante, para além da questão da invisibilização social vivida e verbalizada pelos pescadores artesanais desta localidade, uma preocupação central dos atores da pesca é a drástica diminuição do peixe ocorrida nas últimas décadas (SILVA, 2018).

Esta alteração brusca no volume de pescado tem sido identificada como consequência da atuação da pesca industrial nacional e estrangeira nos mares do arquipélago, o que me possibilitou acionar a categoria de “conflito socioambiental” para remeter a questão a um campo de disputas que pode ser caracterizado por “um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico” (LITTLE, 2006, p.91).

Portanto, o conflito socioambiental analisado aqui, opõe esta atividade artesanal de pesca – caracterizada, dentre outros aspectos, pela presença de mestres de pesca nos botes, por um saber local transmitido através das sucessivas gerações de pescadores, por uma intensa participação das mulheres no mercado da pesca e por um método de pesca sustentável que garante a reprodução social do grupo no tempo (SILVA, 2018) – aos métodos mecanizados de captura industrial que, de modo geral, estão voltados prioritariamente para “a produção de mercadorias” (MALDONADO, 1986, p.17).

Com isso, e em razão da experiência de campo, quando me refiro à pesca industrial no contexto de Cabo Verde, não diferencio a atividade exercida pelas embarcações estrangeiras das embarcações nacionais que, apesar de sua reduzida capacidade de captura quando comparadas às primeiras, operam a partir da mesma lógica capitalista de produção, situação que as opõe frontalmente aos modos, práticas e saberes dos pescadores artesanais de linha de mão de Porto Inglês.

Sobre esta discussão, adotamos o ponto de vista dos pescadores de Porto Inglês que alertam para o efeito cascata que começa com a atuação das embarcações estrangeiras provocando a diminuição estrutural do pescado, o que leva os barcos da pesca industrial nacional a invadirem as áreas tradicionais da pesca artesanal, mais especificamente, aqueles lugares amplamente reconhecidos na literatura antropológica como pesqueiros (SILVA, 2018).

Estas são áreas que Acheson (1980, p.281) nomeia de “ecozonas marinhas” e que Cordell irá caracterizar como “unidades básicas de apropriação social do espaço marítimo” (2001, p.6.). Tratam-se, portanto, de lugares onde os pescadores encontram o peixe e que por isso são socialmente apropriadas a partir de sua nomeação e localizadas por meio de um sistema de “marcação” que exerce papel fundamental na produção do território da pesca.

Sobre este sistema Maldonado (1993) esclarece que:

A marcação é sem dúvida uma prática social ligada à territorialidade, conceito que informa fundamentalmente o conhecimento marítimo e as outras práticas que a ela se associam na construção do horizonte de relacionamento das sociedades pesqueiras com o real (Maldonado, p. 98, 1993). [...] O que ela tem de recorrente é o fato de ser, como tenho dito, um elemento fundamental à apropriação e ao usufruto do mar pelos pescadores. Assim, cada grupo constrói sua náutica, os seus Mestres, a sua marcação e a sua territorialidade tanto em termos estratégicos como rituais. No mar, os territórios são mais do que espaços delimitados. São lugares conhecidos, nomeados, usados e defendidos. A familiaridade de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas, cria territórios que são incorporados a sua tradição (Maldonado, p. 105, 1993).

Por meio do trabalho de campo realizado em 2017, levantei a situação da pesca artesanal de linha de mão em Porto Inglês a partir de observação participante e de entrevistas semi-estruturadas com as quais busquei explorar o passado recente e o presente das pescas na localidade, o que deixou evidenciado a enorme distância entre a perspectiva local sobre a situação dos estoques de peixe e aquilo que aparece nos documentos provenientes da gestão estatal das pescarias (SILVA, 2018).

Se com este movimento busquei contornar a ausência de estudos etnográficos sobre a pesca artesanal em Cabo Verde, também procurei analisar o conflito vivido pelos atores da pesca artesanal tendo como principal referência crítica a narrativa dos pescadores sobre seu ofício, já que como aponta Little, a abordagem etnográfica dos conflitos socioambientais “vai além de um foco restrito nos embates políticos e econômicos para incorporar elementos cosmológicos, rituais, identitários e morais que não sempre são claramente

visíveis desde a ótica de outras disciplinas". (LITTLE, p. 91, 2006).

Sobre a pesca artesanal na Ilha do Maio, acredito ser de fundamental importância deixar pontuado que não encontrei qualquer mecanismo estatal estável e confiável que garanta a participação dos pescadores artesanais e peixeiras na gestão das pescarias, algo que contribui para o agravamento das contradições no campo das decisões políticas relacionadas à pesca.

Apesar do tema "recurso marinho" sempre aparecer na retórica destes gestores como uma das principais alternativas à superação das dificuldades estruturais do país, os agentes do estado têm dedicado uma atenção quase que residual aos sistemas locais de apropriação do espaço marítimo (SILVA, 2018).

A este quadro, soma-se o fato de estarmos lidando com um segmento da sociedade caboverdiana que é frequentemente representado como incapaz de auto-controle e de comportamento racional (SILVA, 2018), situação que ocorre na esteira de um processo de invisibilização social que acaba por nos remeter ao que Shiva (2003) considera como uns dos sinais mais explícitos de violência contra sistemas locais de conhecimento:

O primeiro plano da violência desencadeada contra os sistemas locais de saber é não considerá-los um saber. A invisibilidade é a primeira razão pela qual os sistemas locais entram em colapso, antes de serem testados e comprovados pelo confronto com o saber dominante do ocidente. A própria distância elimina os sistemas locais da percepção. Quando o saber local aparece de fato no campo da visão globalizadora, fazem com que desapareça negando-lhe o status de um saber sistemático e atribuindo-lhe os adjetivos "primitivo" e "anticientífico". Analogamente, o sistema ocidental é considerado o único "científico" e universal. Entretanto, os prefixos "científico" para os sistemas modernos e "anticientífico" para os sistemas tradicionais de saber tem pouca relação com o saber e muita com o poder. (SHIVA, 2003, p.22)

A pesca artesanal sempre foi e continua sendo uns dos principais pilares de sustentação da organização social de Cabo Verde (DOS ANJOS, JUNIOR & BRUSTOLIN, 2016). O pescado é a fonte de proteína mais acessível às camadas populares e também garante renda e vida digna para milhares de famílias do arquipélago (SILVA, 2009).

Em lugares como Porto Inglês, onde ainda se conta com pescado em quantidade considerável, os pescadores artesanais de linha de mão estão longe de serem os moradores mais fragilizados social e economicamente. Ao contrário, na vila de Porto Inglês, muitos dos pescadores mais experientes possuem boas casas,

tem seus barcos e motores próprios e podem alcançar ganhos consideráveis conforme os peixes que capturam (SILVA, 2018).

Além disso, a pesca artesanal fornece aos seus praticantes algo considerado essencial e inegociável: a autonomia proporcionada por uma atividade cujo controle dos métodos e técnicas são comunitários, o que, de modo geral, tem evitado “a dissociação do produto de seu trabalho e do seu distanciamento dos processos decisórios relativos à pesca”, o que ocorre com frequência quando estes pescadores passam, por exemplo, a trabalhar em empresas de pesca (MALDONADO, p.26, 1986).

*Figura 1 - O jovem pescador Nuno exibindo uma curubina de quase 100 quilos*



*Fonte: foto do autor, jun. de 2017*

Isso significa dizer que quando um pescador não quer ou não pode ir às pescas, simplesmente não vai. Isso também significa dizer que quando se pega um bom peixe logo no início das pescas, é possível voltar para casa mais cedo, pois ir ao mar significa permanecer em estado de tensão, já que o mar é vivo, perigoso e traiçoeiro e ninguém melhor do que um pescador artesanal marítimo para saber disso.

Portanto, para estes pescadores, o que está em jogo não é simplesmente a falta do peixe. O que está em jogo é um modo de vida que apesar de todos os riscos que a atividade no mar implica e apesar de todos os estigmas que carregam, trata-se de algo que se faz com enorme entusiasmo, a considerar, por exemplo, que as pescas são uma atividade vivida com muita solidariedade entre seus praticantes, mas também com muita competição e,

por isso, vivida muitas vezes como uma espécie de jogo caloroso que implica segredos bem guardados, parcerias, atritos e troféus (MALDONADO, 1986; DIEGUES, 1983; CORDELL, 2001).

Apesar de ser um país com raízes socioculturais profundamente conectadas com as comunidades de pesca e com a agricultura de pequena escala, para DOS ANJOS, JUNIOR & BRUSTOLIN, 2016, politicamente, a elites governantes vem apostando no escanteamento destas atividades em nome, principalmente, das diretrizes de investimento impostas desde fora, pelo capital internacional.

Essa recusa da política institucional em reconhecer a importância econômica e social dos coletivos de pesca artesanal, no que ela me pareceu mais importante em termos etnográficos, foi seu efeito junto aos pescadores do Maio que de forma coesa passam a articular um discurso marcado pela crítica contra o estado e, ao mesmo tempo, de valorização da atividade pesqueira pela demonstração, sempre muito bem pormenorizada, das vantagens de um sistema de conhecimento que garante o sustento de tantas famílias, ao mesmo tempo que se mostra um sistema ecologicamente viável de exploração do mar.

Cabe ressaltar, no entanto, que não estamos defendendo que a situação da pesca simplesmente piorou nos últimos anos ou que não há qualquer tipo de avanço em relação ao reconhecimento social da atividade ao longo das últimas décadas. Há conquistas importantes, como o reconhecimento legal de áreas exclusivas para a pesca artesanal, que apesar de não serem respeitadas, indicam algum grau de discussão política sobre a importância destes coletivos para o arquipélago (SILVA, 2018).

Contudo, aquilo que mais chama a atenção na narrativa dos pescadores de Porto Inglês sobre seu ofício, é a correlação que estabelecem entre a situação atual vivida nas pescas com a inauguração dos acordos internacionais de pesca com a União Europeia ocorrida no início da década de 1990, após o fim do regime de partido único que perdurou desde a independência de Portugal ocorrida em 1975 (SILVA, 2018).

A articulação desse discurso local com as críticas ao desenvolvimento como um instrumento discursivo e ideológico de dominação articulado a partir de um mundo moderno que não superou seu passado colonial, como defende Escobar (2007), se mostrou um caminho profícuo de interlocução ao longo da pesquisa.

Por meio desta exploração mecanizada do mar e com o agravamento da escassez do pescado em função desta atividade, acredito ser possível falarmos de uma atualização das questões coloniais a partir dos relacionamentos entre as elites políticas locais e os representantes dos interesses privados das empresas de pesca nacional, bem como dos interesses macro econômicos ligados ao bloco europeu.

Daí a necessidade de dialogar com teóricos decoloniais na tentativa de dar conta deste jogo duplo que, apesar de ser articulado desde fora das



fronteiras nacionais de Cabo Verde, necessariamente precisa encontrar respaldo político no arquipélago para ser operado.

O conceito da colonialidade do poder amplia e corrige o conceito foucaultiano de poder disciplinar, ao mostrar que os dispositivos panópticos erigidos pelo Estado moderno inscrevem-se numa estrutura mais ampla, de caráter mundial, configurada pela relação colonial entre centros e periferias devido à expansão europeia. Deste ponto de vista podemos dizer o seguinte: a modernidade é um projeto na medida em que seus dispositivos disciplinares se vinculam a uma dupla governamentalidade jurídica. De um lado, a exercida para dentro pelos estados nacionais, em sua tentativa de criar identidades homogêneas por meio de políticas de subjetivação; por outro lado, a governamentalidade exercida para fora pelas potências hegemônicas do sistema-mundo moderno/colonial, em sua tentativa de assegurar o fluxo de matérias-primas da periferia em direção ao centro. Ambos os processos formam parte de uma única dinâmica estrutural (CASTRO-GOMEZ, 2005).

Com isso, ao ignorar as demandas políticas dos pescadores artesanais a partir da simples indiferença em relação aos pleitos de valorização social da atividade e da fiscalização das áreas tradicionais de pesca, a situação informa mais sobre as estruturas de poder do estado, do que propriamente sobre a comunidade pesqueira.

Esta omissão deliberada reforça o argumento do universo pesqueiro sobre os vínculos do estado com um modelo de desenvolvimento cujas diretrizes passam ao largo de suas necessidades mais elementares, ao mesmo tempo que reforça o argumento da teoria crítica com a qual nos dispusemos a dialogar.

A desarticulação de territorialidades tradicionais no sul global é suficientemente estudada pela antropologia para sabermos quais são os efeitos de seu avanço nestas áreas. Nesse sentido, acredito ser papel da antropologia trabalhar na direção de alertarmos para a potência latente das inúmeras territorialidades historicamente subalternizadas que por uma ironia fina do destino, se fizeram detentoras de práticas e saberes que se mostram extremamente eficazes em um horizonte de catástrofe ambiental.

## UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ARQUIPÉLAGO DE CABO VERDE

A historiografia de Cabo Verde registra que as primeiras Ilhas do arquipélago foram avistadas inabitadas em 1º de maio de 1460 pelo navegador de origem genovesa António da Noli, enquanto explorava a costa oeste africana a serviço da coroa portuguesa (ALBUQUERQUE, 2001, p. 39).

Levando em conta sua posição geográfica estratégica em relação ao nascente circuito comercial atlântico, rapidamente as Ilhas se transformaram em um valioso porto, passando a dar suporte aos navegadores europeus em suas arriscadas viagens pelo atlântico, ao mesmo tempo em que foram sendo transformadas no primeiro grande entreposto comercial administrado por Portugal fora do seu território. Como aponta a historiadora Elisa Silva Andrade:

Entre as ilhas e arquipélagos do Atlântico, Cabo Verde, pela sua posição privilegiada, a meio caminho entre os três continentes e demais, em frente à costa dos escravos, desempenhará um papel muito importante como ponto de escala e de ligação da navegação transatlântica e do comércio triangular que se desenvolvia na época do seu achamento, sobretudo no que respeita ao tráfico de escravos para o qual se tornará, logo, um interposto que durará cerca de quatro séculos." (ANDRADE, 1996, p.53).

Para CABRAL (2001), será em Cabo Verde que pela primeira vez no ocidente surgirá "uma sociedade escravagista, na qual a exploração contínua do trabalho do escravo negro constituía a base de suporte da estrutura econômica e social" (CABRAL; SANTOS; SOARES; TORRÃO, 2001, p. 2-3).

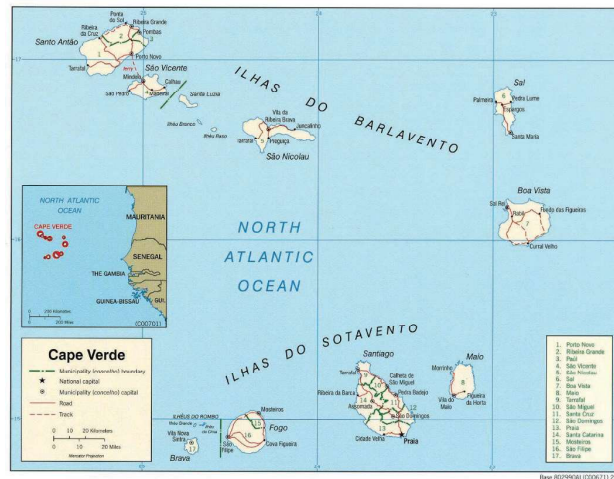
A soma desses elementos conduziu ao surgimento de uma elite mercantil privilegiada por um sistema de donatarias e de concessões comerciais que dará suporte à colonização efetiva das Ilhas a partir de um modelo de controle e de administração do território que será utilizado, um pouco mais tarde, na colonização do território brasileiro (SCHWARCZ, 2015, p.30).

Até as primeiras décadas do século XVII, o porto de Ribeira Grande, na Ilha de Santiago, conheceu uma notável ascensão, chegando a ser comparado à Lisboa em termos de prosperidade econômica, até que a coroa portuguesa desobriga as escalas do tráfico negreiro em Cabo Verde e as Ilhas vão ser rapidamente abandonadas pela população de origem europeia. Situação que possibilitará a primeira ascensão social de "elites crioulas" em domínios coloniais europeus (CABRAL; SANTOS; SOARES; TORRÃO, 2001).

Com isso, uma das características sócio históricas mais marcantes da ocupação do arquipélago passará pelo fato de que, durante séculos, as Ilhas foram sendo povoadas e atividades econômicas foram se desenvolvendo, numa relação estreita com a vocação que cada Ilha possuía para fornecer

produtos que pudessem circular nas redes de trocas comerciais do atlântico. Para Andrade (1996), “desde o início, a organização do espaço caboverdiano será uma resultante de sua utilização especulativa” (ANDRADE, p. 42).

Figura 2 - Mapa do arquipélago de Cabo Verde



Fonte: Disponível em: <[https://legacy.lib.utexas.edu/maps/africa/cape\\_verde\\_pol\\_2004.jpg](https://legacy.lib.utexas.edu/maps/africa/cape_verde_pol_2004.jpg)>, acesso em 27 de nov de 2017.

Por estarem localizadas numa faixa de transição entre o clima do deserto do Saara e o das savanas africanas, a cerca de 500 quilômetros do Senegal, as Ilhas apresentam índices muito baixos de pluviosidade que aproxima o arquipélago de climas desérticos (DIREÇÃO GERAL DOS RECURSOS MARINHOS, 2015, p.2).

O clima é tropical e irregular, com um regime de precipitações aleatório, às vezes caracterizado pela sua concentração sobre um período de tempo muito curto e outras, pela sua ausência, o que põe em perigo as colheitas, a vida dos animais e, portanto, a dos homens. A estação das chuvas situa-se entre Julho e Outubro. Desde há séculos, as ilhas são frequentemente atingidas por crises de secas que, no passado, provocavam fomes dizimando, por vezes, até trinta mil pessoas. (ANDRADE, 1996, p.21).

Desde a primeira crise mais grave, ocorrida no período entre 1579-1581 e registrada em carta de 1592 por Frei Brandão, até o presente, fala-se em ao menos 25 períodos de grandes fomes (ANDRADE, 1996, p.80).

## O DIA-A-DIA DAS PESCAS NO MAIO

O censo de 2010 registrou na Ilha do Maio 6761 pessoas habitando as localidades de Porto Inglês (antiga Vila do Maio), Morro, Calheta, Morrinho, Cascabulho, Pedro Vaz, Pilão Cão, Ribeira Don João, Figueira Horta, Barreiro, Santo António e Praia Gonçalo.

Porto Inglês é o centro administrativo do Maio, com cerca de 2500 habitantes. Ali também estão localizados o único cais da Ilha e um pequeno aeroporto que ligam a população local com a capital do país, a cidade da Praia, na Ilha de Santiago. O barco Sotavento faz a rota Praia/Porto Inglês três vezes por semana, sendo o meio de transporte mais utilizado pela população da Ilha.

Em Porto Inglês há ainda um centro de saúde que atende toda a população da Ilha, um Liceu, duas escolas de ensino primário e uma dezena de pequenas mercearias. Há também cerca de uma dúzia de restaurantes e pousadas que em sua maioria, pertencem a europeus, basicamente italianos e franceses.

A vila conserva suas casas baixas, ruas de granito e um clima pacato do qual os moradores da Ilha se orgulham, principalmente quando o contrastam com a vida agitada da cidade da Praia.

Dentre as dez Ilhas que compõem Cabo Verde, Maio possui um dos menores índices de pluviosidade do conjunto, o que de certa forma é compensado por sua rica biodiversidade marinha em função de uma característica geológica: trata-se da Ilha com uma das maiores plataformas continentais do arquipélago<sup>1</sup>:

A plataforma da Ilha está estimada em 2.450 km quadrados, formando juntamente com a vizinha ilha de Boa Vista, a maior plataforma insular do país com cerca de 6.450 km quadrados, o que faz com que seu potencial em recursos pesqueiros seja muito grande. A Ilha do Maio possui alguns dos maiores bancos de pesca do arquipélago. (DIREÇÃO GERAL DOS RECURSO MARINHOS, 2015, p.7)

---

1. "As plataformas continentais representam menos de 10% da área total dos oceanos. No entanto, a maioria das plantas aquáticas, animais e algas do oceano vive nelas devido à abundância de luz solar, águas rasas e sedimentos ricos em nutrientes que fluem para elas a partir das saídas dos rios. Como resultado, espécies de peixes tão importantes como o atum, o bacalhau, a cavala e outros, prosperam nas, e ao redor, das plataformas continentais. Alga marinha, algas gigantes, algas e plantas aquáticas crescem para se tornarem fontes de alimento na base das cadeias alimentares. Como resultado, as áreas de plataforma continental fornecem 90% do peixe produzido no mundo, de acordo com vários estudos." Disponível em <https://marsemfim.com.br/plataforma-continental/>, acessado em 13/11/2020.

A pesca de linha de mão nos pequenos botes boca-aberta de Porto Inglês é uma atividade essencialmente costeira, especializada na exploração de áreas bastante específicas desta plataforma, os lugares conhecidos como pesqueiros.

O mar é como a terra. Você veio lá de Porto Inglês até aqui e no caminho você não viu nenhuma casa e nenhuma pessoa não é mesmo? Quando você chegou aqui viu a vila, com muitas casas e pessoas. É isso que são os pesqueiros. No mar, às vezes você navega por um bom tempo e não encontra o peixe e de repente você chega no pesqueiro e aí moram os peixes. (Lugy, marceneiro naval da Ilha do Maio, morador da vila de Calheta, entrevista concedida em 20 de jun. de 2017).

A atividade pesqueira começa por volta das 4 horas da madrugada, em função do comportamento das espécies que são exploradas. É preciso chegar aos pesqueiros por volta das 6 horas que é quando, segundo os pescadores, os peixes que procuram se alimentam, o que os tornam mais vulneráveis aos esforços empreendidos para sua captura (SILVA, 2018).

Com isso, no meio da madrugada, de todos os cantos de Porto Inglês surgem pescadores que caminham em direção à praia da baía. Todos, invariavelmente, trazem de casa baldes de plástico contendo uma infinidade de utensílios necessários às atividades no mar.

Como é relativamente comum que as peixeiras sejam as esposas dos pescadores, apesar de não saírem de casa no meio da madrugada, pareceu-me que também as mulheres estejam de pé no meio da noite, colaborando na organização do que será levado para os botes.

Característica extensível a praticamente todo o arquipélago e que encontra paralelo com outras comunidades de pesca artesanal do continente africano (ACHESON, 1980; ROSABAL, 2016; MALDONADO, 1986), em Porto Inglês as mulheres dominam o mercado do pescado, controlando quase que a totalidade das transações de venda, distribuição e conservação das capturas.

Por esse motivo também são notáveis conhecedoras das espécies capturadas pelos pescadores que diante da ausência dos grandes peixes migratórios que exploram, têm por hábito mudar o foco de seu esforço de pesca para uma infinidade de espécies menores, mas sempre buscando preservar o valor do peixe no mercado.

Figura 3 - Peixeira preparando-se para levar o pescado ao mercado



Fonte: foto do autor, jun. de 2017

Como mostra ACHESON (1980), em muitos outros contextos de pesca marítima, diante da frequente imprevisibilidade em relação às capturas e diante das oscilações no preço do pescado, há uma tendência em se buscar relacionamentos duradouros e confiáveis com intermediários.

Ocorre que também há uma tendência destes relacionamentos serem carregados de tensão, porque intermediários, com muita frequência, estão em condições de explorar o trabalho de pescadores artesanais (ACHESON, 1980).

Nesse sentido, além do trabalho das peixeiras resultar numa distribuição muito eficaz do pescado, driblando a falta crônica de infraestruturas de conservação, elas praticamente eliminam o problema do intermediário e garantem que uma parcela maior do dinheiro auferido com a venda do peixe permaneça com os agentes da pesca, logrando um importante reforço do orçamento doméstico das famílias envolvidas com a atividade (SILVA, 2018).

Normalmente, as primeiras peixeiras começam a chegar na área dos botes para recolher o peixe para a venda somente quando os primeiros barcos estão retornando para a praia, o que começa a ocorrer por volta das 09:00 da manhã.

A chegada dos primeiros barcos na praia desencadeia um vai e vem intenso de pescadores, peixeiras e compradores que pode se prolongar até o fim da tarde, já que toda a rotina de trabalho nas pescas vai variar "conforme o peixe", que por sua vez varia conforme a lua, as marés, os ventos, a sorte e como dizem muitos: " conforme a vontade de Deus" (SILVA, 2018).

## A PERSPECTIVA LOCAL DA ESCASSEZ

Para Ramalho, é através de uma rígida “educação corporal” que pescadores ampliam o conhecimento sensível exigido pela “natureza aquática”, “como condição insuprimível do viver nas (e das) águas” (2011, p.316). Conhecimento com o qual os pescadores irão driblar a imprevisibilidade das espécies que exploram, mas que também será um elemento valioso diante do ambiente hostil e arriscado das águas.

Diegues compreende o conhecimento tradicional na pesca:

(...) como um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber-fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida” . [...] Em outras palavras, a apropriação do mar e de seus recursos requer o conhecimento de um código de saber-fazer que é construído e ritualizado no mar pela tradição, aprendido, experiência e intuição (DIEGUES, 2004, p. 196 e 198).

Se há algo que a Antropologia da pesca esclarece de forma incontestável, é o fato de que para se tornar um mestre experiente, pescadores marítimos precisam passar por muitos anos de experimentação e de acumulação de uma série de conhecimentos que formam a cultura marítima a que pertencem. E na medida em que os reconhecimentos como mestres tradicionais, não há razão para excluí-los de qualquer discussão que tenha a pesca como tema, tanto mais quando se trata de algo tão sensível como o é para estes a questão da escassez socialmente construída do pescado.

Por isso creio ser de fundamental importância deixar esclarecido que não acreditamos ser possível falar sobre a falta do peixe em Cabo Verde sem levar em conta, em primeiro plano, aqueles que se formaram como mestres do mar e que ao longo de toda uma vida, se dedicaram a explorar o espaço marítimo com o mesmo afinco que qualquer cientista experimentado costuma conduzir seus trabalhos.

Para os pescadores de linha de mão mais experientes de Porto Inglês, o peixe no Maio começa a diminuir de forma mais intensa a partir do final da década de 1990. Localmente, o fenômeno é identificado como resultante de um efeito cascata, desencadeado a partir da intensificação da atuação da pesca industrial estrangeira nos mares do arquipélago (SILVA, 2018).

A intensificação dessa exploração em escala industrial, segundo os pescadores locais, acaba por comprometer os estoques de peixes de outras Ilhas, o que por sua vez multiplica a presença da pesca semi-industrial nacional nas áreas tradicionais de pesca da Ilha do Maio.

Peixe diminui quando governo deu licença pra barco europeu pescar na água de Cabo Verde. Então aqueles grandes barcos de pesca com rede pega aquela quantidade de peixe, tanto pequeno, quanto grande, peixe tá diminuindo. É uma preocupação imensa. Principalmente nós aqui no Maio tem aqueles barco de Praia que bota rede no pesqueiro, é uma maneira que não deixa peixe entra no pesqueiro. (Entrevista concedida pelo pescador Xibéu em 24 de jun. de 2017).

Esta clara sobreposição de diferentes sistemas de exploração do pescado relatada por Xibéu é vivida de forma dramática pesca comunidade pesqueira. Suas áreas tradicionais de pesca são, ao menos formalmente, reconhecidas pelo estado que por meio de leis, decretos e portarias reconhece a importância dos pesqueiros para a reprodução social da pesca artesanal.

Como exemplo desse reconhecimento jurídico/estatal pode-se citar a Resolução nº 56 de 31 de julho de 2014 do Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima que teve como finalidade, estabelecer “Medidas de Gestão das Pescarias e de Conservação dos Recursos da Pesca”.

A medida executiva é sensível às demandas políticas dos pescadores artesanais porque impõe limites à atividade industrial. Um dos pontos tratados na Resolução 56 é sobre a delimitação de áreas destinadas a cada modalidade de pesca. As doze milhas náuticas partindo do litoral de cada Ilha é reservada exclusivamente à frota nacional, sendo que dentro desta área, as 3 milhas náuticas partindo do litoral das Ilhas seriam exclusivas da pesca artesanal.

A resolução cria ainda os defesos de várias espécies como lagosta rosa, lagosta costeira e camarão soldado, congela o número de redes de arrasto, de embarcações na pesca da lagosta e proíbe práticas como a comercialização da cavala no período do defeso, além de proibir a pesca de lagostas ovadas, etc.

A questão é que os pescadores artesanais do Maio denunciam que regulamentações desta natureza não tem qualquer aplicação prática, já que reconhecem vínculos estreitos entre a atividade industrial e o estado (SILVA, 2018).

No Maio tinha muito peixe, peixe em quantidade, mas barco só falta coloca rede dentro de casa. Geralmente ali, capitania não age. Eles vem colocar rede dentro das três milhas e capitania não agi, então Câmara tem que tomar iniciativa, tem que chamar a atenção porque ora que eles panha todo pescado ali, nós que fica prejudicado, povo de Maio também fica prejudicado. Pesca de linha é importante porque você pode pesca todo o tempo. Pesca de linha você pesca todo



tempo e tem uma vida pra sobreviver, porque geralmente no Maio, se era pesca só de linha pescador estava na melhor situação. Nesses tempos ali, atum corre, atum corre porque quando eles vai no pesqueiro panha aqueles peixinho e atum não vai mais lá. (Anastácio, entrevista concedida em 23 de jun. de 2017).

Com isso, sempre que surge a oportunidade de falar sobre o assunto, são categóricos em relacionar a omissão estatal com o entendimento da pesca como um negócio, quadro que impede que o estado tome partido na situação e, conseqüentemente, que as ações de fiscalização dos territórios pesqueiros sejam efetivadas (SILVA, 2018).

Nesse contexto, pescadores e peixeiras veem suas queixas sendo sistematicamente ignoradas pelas autoridades locais enquanto sentem, diariamente, seus estoques tradicionais de pesca se exaurirem, situação que por sua persistência, consequência e alcance permite com que possamos apontar para um quadro de injustiça ambiental que para Zhouri & Laschefsky (2010):

(...) é a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania. (ZHOURI & LASCHEFSKY, 2010, p.4).

Os pescadores de linha de mão de Porto Inglês dependem dos cardumes de pequenos peixes que frequentam a plataforma continental da Ilha para apanhar os peixes maiores que são o foco de sua atividade.

*Figura 4 - O pescador César sorri exibindo uma isca viva no pesqueiro de ponto riba*



*Fonte: foto do autor, jun. de 2017*

O equipamento de pesca disponível é um pequeno bote de madeira que condiciona a distância das expedições, colocando pescadores artesanais em risco maior quando precisam navegar distâncias mais longas para apanhar o pescado.

Nesse contexto, a atividade industrial avança, mas não sem aumentar sensivelmente a imprevisibilidade das pescas, o que por sua vez aumenta os níveis de tensão psicológica já naturalmente elevados que caracterizam atividade (ACHESON, 1980; MALDONADO, 1986; RAMALHO, 2007).

Esse quadro de insegurança crescente fratura as narrativas dos pescadores sobre sua atividade, revelando uma nítida cisão entre passado e presente no que diz respeito à quantidade de pescado disponível, com o passado sendo identificado com o tempo da abundância que sempre marcou as pescas na Ilha, em contraposição ao presente de angústias atravessado por uma perspectiva de futuro dominada pela incerteza.

Pesca era melhor que agora, porque antes tinha muito peixe, peixe era barato, mas peixe era muito. Maio está abandonado, barcos de pesca chega e bota rede no porto e levam toda a isca e a gente não acha nada quando vai pescar. Barcos botam rede aqui noite e dia e não temos mais lugar de pesca. Governo sempre fala que vai toma iniciativa, mas não faz nada e a pesca é a sobrevivência pra todo povo porque quando a gente não pega o peixe o povo sofre também. (Entrevista concedida pelo pescador Olegário em 27 de jun. de 2017).

Localizada em uma das extremidades de uma longa praia de areia branca, onde se inicia uma série de altos paredões rochosos com cerca de 1 km de extensão que seguem para o sul, a vila de Porto Inglês tem a sua frente uma baía de águas relativamente tranquilas de onde partem os botes em direção aos pesqueiros.

Caminho para os pesqueiros de Banca e Nunes, os mais frequentados pelos pescadores de Porto Inglês, toda essa área de encostas rochosas é tradicionalmente utilizada para o apanho de iscas vivas sem as quais se torna improvável a captura dos grandes peixes migratórios na linha de mão.

Ocorre que a presença da pesca industrial nacional nessas áreas e em muitas outras ao longo de todo o entorno da Ilha, a presença de barcos que se utilizam de redes de cerco para a captura de cardumes inteiros, além de mergulhadores que atuam nestas áreas em busca de lagostas ou para a pesca com arpão, tem obrigado os pescadores artesanais a reorganizações constantes dos usos de seus espaços tradicionais.

Ao longo dos 40 dias em que estive junto aos pescadores de linha de mão de Porto Inglês, presenciei inúmeras vezes a chegada de barcos industriais

de outras Ilhas na baía da cidade. Chegam à Ilha enquanto ainda é dia e ao anoitecer seguem em direção aos pesqueiros.

São embarcações que surgem com mais intensidade no tempo do “sucuro”, ou seja, nos períodos sem lua, utilizando-se de holofotes que são direcionados para o mar, atraindo os cardumes para áreas próximas aos barcos. Feito isso, lançam as redes de cerco e capturam, sem qualquer princípio de seletividade, uma quantidade muito grande de peixe.

Pesca de linha não acaba com peixe, você pode pega dois ou dez, aquele outro que escapa vai desovar. Pesca de rede apanha tudo. No Maio, somente pesca de linha é suficiente, dá peixe pro Maio e vai pra Praia ainda, eu pego 3 atum é 120 quilo, outro pega 3 é 120 quilo, trinta e tal bote, aí já suficiente pro Maio. (Entrevista concedida pelo pescador José em 11 de jun. de 2017).

Com isso, a rede de cerco da pesca industrial aparecerá nas narrativas dos pescadores artesanais como sinônimo, por excelência, de desequilíbrio socioambiental. Do ponto de vista dos pescadores, a rede acentua uma sorte de relação com o meio, ou seja, a competitividade desigual do modo de produção industrial capitalista, que caminha no sentido oposto à vida relativamente tranquila que as técnicas artesanais sempre asseguraram (SILVA, 2018).

Em relação ao Maio, o aumento da presença da pesca industrial vem produzindo um cenário de dura escassez nunca antes vivido numa das Ilhas mais famosas pelo pescado fácil e de altíssima qualidade.

Se por um lado a escassez tem provocado confrontos incontornáveis e reorganizações constantes da atividade, por outro tem feito surgir um discurso de consenso e contra hegemônico que quando cuidadosamente ouvido, aponta importantes caminhos de superação do conflito socioambiental em questão.

## NOVOS TEMPOS NA PESCA DE PORTO INGLÊS

Ao longo do levantamento bibliográfico para a dissertação de mestrado, encontrei algumas fontes apontando a pesca de linha de mão em Cabo Verde como um fenômeno antigo e surgido a partir da ação de agências subalternas atuando por séculos nas margens da sociedade colonial: “É a arte de pesca mais antiga praticada em Cabo Verde, representando 63% da captura total da pesca artesanal e 93% do esforço da pesca artesanal” (DIREÇÃO GERAL DAS PESCAS, p.14, 2004).

Tomo de empréstimo o termo “agência subalterna” de Dos Anjos, Junior & Brustolin (2016) para caracterizar os coletivos de pesca artesanal em Cabo Verde que, assim como aqueles grupos no Brasil ora abarcados pela categoria de povos e comunidades tradicionais, souberam criar na contramão do projeto colonial conhecimentos, práticas e saberes que se constituíram como bases de sustentação de territorialidades que se caracterizaram, fundamentalmente, como espaços de liberdade e de resistência.

No âmbito desta discussão, um dos paradigmas mais importante para se pensar estas agências são os quilombos, surgidos a partir da resistência ao regime escravocrata no Brasil (ARRUTI, 2006) e que lutam arduamente para o reconhecimento de seus territórios, bem como de suas identidades diferenciadas em contexto ainda bastante hostil a suas reivindicações.

A fragilização das relações dos povos não-brancos com seus territórios é o traço mais geral da mecânica da instrumentalização das existências e da pretensão de subordinação de todos os modos de produção de vidas ao capitalismo. Inadequados ao desenvolvimento, modos de produção de vidas que podiam ser suprimidos ou relegados à inanição, persistiram graças às potências das agências subalternas. (DOS ANJOS, JUNIOR & BRUSTOLIN, 2016, p.18).

No que diz respeito à pesca artesanal marítima surgida após a colonização europeia, estamos falando de um fenômeno social amplo e complexo que também ocorrerá em todo o litoral brasileiro, como a pesca em jangadas, desenvolvida pelas mãos dos escravizados africanos e que ainda se encontra fortemente presente do litoral da Bahia ao estado do Maranhão (SILVA, 1993).

Ocorre que a região de Cabo Verde, como toda a costa oeste africana, ao longo das últimas décadas vem sendo cada vez mais explorada por grandes embarcações, originárias de países industrializados cujos estoques de peixe encontram-se comprometidos em função da sobrepesca (DIEGUES, 1983; BELHABIB, 2014).

A sobrepesca resulta no esgotamento de muitos recursos marítimos renováveis nos litorais dos países industrializados, cujas frotas de navios de pesca partem para as águas dos demais países, geralmente os menos desenvolvidos, inclusive através de acordos comerciais com empresas já existentes ali, como os que foram estabelecidos pela Rússia com os governos de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau. (MALDONADO, 1986)

Estamos falando de países ricos, com mercados internos que apresentam demanda crescente por peixe (FAO, 2016) e que são detentores de frotas pesqueiras poderosas, capazes de navegar grandes distâncias e de estocar toneladas de pescado em seus porões (DIEGUES, 1983).

No início da década de 1980, esse avanço da pesca industrial encontra pela frente a Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar (1982). A partir desse documento, ratificado pelo governo de Cabo Verde em 1987, cria-se as chamadas zonas exclusivas econômicas e garante-se a precedência da exploração dos recursos marinhos nessas áreas aos signatários do documento.

Ocorre que é justamente nesse período da ratificação da convenção da ONU que entra em cena no arquipélago a figura jurídica dos acordos internacionais de pesca no âmbito dos quais se passou a negociar, protocoladamente, a cessão de parcelas dos recursos marinhos aos países industrializados a partir de contrapartidas financeiras.

Em Cabo Verde, ainda é preciso levar em conta o incremento da pesca industrial nacional que ganha forte impulso por meio de financiamentos públicos a partir da independência de Portugal ocorrida em 1975 (SILVA, 2018).

Para Maldonado, de modo geral, “a mecanização da pesca tem coincidido não só com a exploração da força de trabalho do pescador, mas também com a sobrepesca e a poluição ambiental” (1986, p.43). Acheson viu esse avanço mecanizado em escala industrial como “uma tragédia de dimensões ecológicas e humanas” (1980, p. 301).

Em Cabo Verde, onde a malha da pesca artesanal é extensa e alcança uma quantidade significativa da população, os efeitos da mecanização das pescas se mostram especialmente nocivos e agravam o quadro de desigualdade social e política que tanto caracterizam a estrutura social do arquipélago.

### **OS MARES DE CABO VERDE COMO “RESERVAS DE MERCADO”**

A primeira onda de exploração estrangeira em escala industrial dos mares de Cabo Verde que se tem notícia ocorrerá com a pesca de baleia por navios norte-americanos, atividade iniciada em fins do século XVII e que permaneceu ativa até o final do século XIX (LIMA, 1985, p. 230).

Ao longo do século XX, e mais precisamente até a independência ocorrida em 1975, se consolidarão nas Ilhas mais prósperas em peixe, grandes fábricas de conserva de pescado, majoritariamente administradas por europeus que destinavam parte significativa de seus produtos à exportação (SILVA, 2018).

Já a partir de 1990, entrarão em vigor os acordos internacionais de pesca que estão sempre sendo retomados pelos pescadores como os principais vetores por meio dos quais o pescado se esvai, consolidando um cenário de escassez que ameaça a vida relativamente tranquila que o peixe garante.

Pesca artesanal é base dessa população. Diretamente e indiretamente, número de pessoas que está ligada a pesca é muito. Se nosso peixe acaba não tem ninguém que sustenta todas essas pessoas. Eu posso dar um exemplo...um bote de pesca alimenta três ou quatro casa diferente. Eu tenho meu bote, tem alguém que pesca junto comigo, tem peixeira vendendo peixe, tem os ajudantes... então só um bote alimenta 4 famílias então, juntamente com criação de gado que muitos pescadores são pastores também. Ilha do Maio sem peixe é igual praia sem areia. Têm muitos médicos, professores que tudo são de famílias piscatórias, se eles parassem e pensassem eles dariam um pouco mais de importância para nossa pesca aqui no Maio. (Nuno, entrevista concedida em 20 de jun. de 2017)

Nos dias atuais, os acordos internacionais de pesca com a União Europeia apresentam-se como o principal instrumento de manutenção do fluxo histórico de pescado caboverdiano para o estrangeiro.

Os acordos versam sobre a entrada de barcos industriais de pesca europeus, mais especificamente barcos portugueses, franceses e espanhóis, que sob o abrigo desses protocolos, pescam nos mares de Cabo Verde a partir de condições pré-estabelecidas, o que inclui não avançar para dentro das áreas exclusivas à pesca nacional, respeitar a quantidade pré-fixada de capturas e restringirem-se somente à pesca do atum (FERREIRA, 2011).

Em junho de 2020, quando o governo renovou o acordo vigente de pescas com a União Europeia por mais cinco anos, houve certa mobilização contra tal medida e foi possível ouvir algumas vozes críticas aos poucos mais

de 5 centavos de euro que a União Europeia pagará à Cabo Verde pelo quilo de atum: "Os cabo-verdianos pagam 600 escudos [5,40 euros] por um quilo de atum e nós estamos a vendê-lo à União Europeia a seis escudos [cinco cêntimos] o quilo. Você que é cabo-verdiano acha que isso é justo? Você que é europeu acha que isso é justo?".<sup>2</sup>

Nos termos do acordo, as embarcações comunitárias só podem operar para além das 12 milhas náuticas. No entanto, algumas organizações de pesca e pescadores artesanais afirmam que os navios estrangeiros têm violado essa zona e entrado sistematicamente na zona reservada aos pescadores industriais e artesanais. Isto é agravado pelo facto de os recursos serem cada vez mais escassos, o que obriga os pescadores artesanais e industriais a percorrerem distâncias maiores para conseguir menores resultados, segundo a percepção dos pescadores. (FERREIRA, 2011, p. 75)

A partir do arquipélago, a ONG Biosfera já acusou por diversas vezes a captura ilegal de tubarões pelos barcos europeus ao abrigo dos acordos de pesca do atum.<sup>3</sup> Algumas destas denúncias acabam por chegar ao parlamento europeu, mas não encontrei qualquer evidência de que tais procedimentos chegaram a acarretar sanções contra os abusos cometidos em mares alheios, ou mesmo que chegaram a impedir, atrasar ou dificultar a renovação de novos protocolos de pesca.

---

2. Disponível em: <https://www.noticiasaminuto.com/economia/1532333/no-vo-acordo-de-pesca-entre-cabo-verde-e-uniao-europeia-ja-entrou-em-vigor>, acessado em 11/11/2020.

3. Disponível em: <http://divemag.org/ong-pede-proibicao-de-pesca-de-tubao-para-extracao-de-barbatanas-em-cabo-verde/>, acessado em 11/11/2020.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atuando durante mais de quatro décadas junto ao povo Yanomami, o antropólogo Bruce Albert desenvolveu um modo particular de pacto etnográfico no qual “fazer justiça de modo escrupuloso à imaginação conceitual” dos seus anfitriões, “levar em conta com todo rigor o contexto sociopolítico, local e global, com o qual sua sociedade está confrontada” e “manter um olhar crítico sobre o quadro da pesquisa etnográfica em si” (ALBERT & KOPENAWA, 2015, p.520), são pilares de sustentação de seu compromisso de pesquisa.

Acho importante terminar este texto dialogando com a ideia de “pacto etnográfico” de Bruce Albert (2015) para tentar explicar, ainda que de forma bastante resumida, como se deu meu envolvimento com o tema da pesca em Cabo Verde.

Enquanto aluno de graduação em Antropologia, estive pela primeira vez em Cabo Verde no ano de 2015 e motivado pelo meu envolvimento, naquela altura, com a literatura antropológica sobre povos e comunidades tradicionais, me interessei quase que de imediato pelas comunidades artesanais pesqueiras da Ilha de Santiago.

Com esse interesse em mente, procurei conhece-las, passei a buscá-las na história escrita sobre o arquipélago, procurei por elas na universidade e tentei conversar com os caboverdianos que ia conhecendo sobre a atividade da pesca no país.

Desta busca inicial, as pessoas com quem ia conversando – principalmente os colegas de universidade e os funcionários e internos da moradia estudantil onde residi – aumentaram significativamente meu interesse pelo tema. As histórias de pescadores que ficaram à deriva e que vieram parar no Brasil após semanas sozinhos no mar, certamente foram decisivas para que eu me decidisse aprofundar a minha busca.

Muito menos motivadores do que estes contatos, também encontrei certo número de trabalhos com os quais dialoguei na dissertação, de documentos estatais a trabalhos acadêmicos, que em sua grande maioria tratam da pesca a partir de uma perspectiva de gestão de recursos, dando muito pouca atenção ao que dizem mestres de pesca com 20, 30, 40 anos de vida no mar.

Devo esclarecer que tratam-se de trabalhos importantes, muitos deles com informações bastante sensíveis para se compreender o fenômeno pesqueiro nas Ilhas, mas que não me satisfizeram pela pouca presença das vozes dos pescadores nos documentos. Como observa Baptista (et al. 2009) em relação aos estoques de peixe da Ilha de Santiago: “o aspecto qualitativo e etnográfico da situação dos recursos tem sido negligenciado, acarretando muitas vezes um distanciamento entre os discursos dos pescadores e investigadores” (p.1).



Diante dessa situação e motivado por meus colegas de sala, após cerca de um mês de pesquisas e de tímidas aproximações, me decidi pelos primeiros contatos com os atores da pesca, inicialmente sem nenhuma pretensão bem definida, afora minha curiosidade de estudante de antropologia em querer ouvir o que os pescadores tinham a dizer, e se eles iriam querer dizer algo sobre si a um estrangeiro.

Fui surpreendido positivamente com estes primeiros contatos porque não só fui muito bem recebido pela grande maioria dos pescadores que procurei, como comecei a perceber que eles tinham muito a dizer sobre a pesca, sobre Cabo Verde e mais especificamente sobre o assunto com o qual eu iria me ocupar nos próximos anos, ou seja, com a escassez estrutural do pescado nos mares do arquipélago.

Hoje, quando me lembro destes primeiros contatos e depois de ler o que Bruce Albert escreveu sobre seu “pacto etnográfico” junto aos Yanomamis, percebo que estava sendo reeducado pelos pescadores para olhar o universo pesqueiro a partir de sua demanda política mais urgente.

Comecei a ter a impressão de que os pescadores podem enfrentar qualquer provação no mar, mas que a falta do peixe os deixa profundamente angustiados, pois não há por parte dos agentes do estado, qualquer esforço político para incluir em suas equações de gestão das pescarias, as demandas tão bem fundamentadas da pesca artesanal.

Como não contava com qualquer estudo etnográfico sobre as pescas artesanais de Cabo Verde, para melhor compreender a organização social pesqueira no arquipélago, recorri à antropologia da pesca desenvolvida no Brasil, o que me auxiliou sobremaneira no entendimento do sistema de marcação local, na compressão do segredo nas pescas, e no tema dos pesqueiros.

Esforcei-me, portanto, para compreender as demandas pesqueiras a partir de seus próprios termos, para compreender o contexto social e político em questão e para defender a ideia de que a ausência dos pescadores artesanais da gestão estatal das pescarias não ocorre por desconhecimento dos agentes do estado sobre sua importância, mas pela necessidade de sustentação de decisões políticas que se estruturam a partir de um processo de comoditização do pescado cuja coerência interna somente é alcançada na ausência das reflexões conceituais que sustentam os saberes tradicionais da pesca artesanal do arquipélago.

Por fim, ao longo de todo o tempo em que estive envolvido com a questão das pescas, busquei me engajar nas pautas do universo pesqueiro, exercício que deixou evidente, ao menos para mim, que ou a pesca artesanal entra na agenda política com todo o peso que lhe é devido em função de sua importância social e econômica, ou a única tarefa que nos resta é esperar que os agentes estatais responsáveis pela gestão das pescarias reconheçam o caráter colonial tanto da modernidade, como da perspectiva de desenvolvimento que estes tem abraçado com tanto afinco.

## REFERÊNCIAS

ACHESON, James M. Anthropology of Fishing. *Annual Review of Anthropology*. *Annual Review of Anthropology*, v. 10, p. 275-316, 1980.

ALBUQUERQUE, Luís de. O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde. In: ALBUQUERQUE, L. G. M.; SANTOS, E.M. (Orgs.). *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga; Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001.

ANDRADE, Elisa Silva. *As ilhas de Cabo Verde: da “descoberta” à independência nacional (1460-1975)*. Paris: L'Harmattan, 1996.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.11, pp.89-117, 2013.

BERNARDO, Edgar Alexandre da Cunha - Percepção dos impactos do turismo na ilha da Boa Vista, Cabo Verde. Tese de Doutorado. Programa de Doutorado da Fundação para Ciência e Tecnologia, Instituto Universitário de Lisboa, 362p., 2015.

BELHABIB, Dyhia. *West african fisheries: past, presente and 'futures?'*. – Tese de Doutorado. The Faculty of Graduate and Postdoctoral Studies, The University British Columbia, 213p. 2014.

CASTRO-GOMEZ, Santiago. “Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da ‘invenção do outro’”. In Lander, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Colección Sur Sur, 2005.

CABRAL, Iva; Santos; SANTOS, Maria Amelia; SOARES, Maria João; TORRÃO, Maria Manuel: *Uma Experiência Colonial Acelerada (Sec. XVI-XVII)*. Portal do Conhecimento, 2012.

CABO VERDE. *Direção Geral dos Recursos Marinhos. Plano de Co-Gestão Pesqueira da Associação dos Atores de Co-gestão Vindos do Sul, Ilha do Maio, Cabo Verde*. 2015.

CABO VERDE. *Direção Geral das Pescas. Plano de Gestão dos Recursos da Pesca*. In: *Segundo Plano de Acção Cacional para o Ambiente: 2004-2014*. v. 6. Praia, 2004.

CORDELL, John. *Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia*.

Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, p. 139-160, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. Pescadores, camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

DIEGUES, Antônio Carlos. A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

DOS ANJOS, José Carlos Gomes; JÚNIOR, Horácio Antunes de Sant'Ana; BRUSTOLIN, Cíndia. Projetos de Desenvolvimento e Populações Locais: Experiências em Cabo Verde e no Brasil. Revista Pós Ciências Sociais, v. 13, n. 26, p. 13-29, 2016.

ESCOBAR, Arturo. La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el perro e la rana, 2007

FAO. El estado mundial de la pesca y la acuicultura 2016. Contribución a la seguridad alimentaria y la nutrición para todos. Roma. 2016.

FERREIRA, Patrícia Magalhães. Cabo Verde Pescas e Migrações - A outra face da moeda: O impacto da políticas da União Europeia em Cabo Verde. trad. Tiago Tavares. Lisboa, Lidergraf, 2011.

GARCIA, João Carlos; RODRIGUES, Víctor Luís Gaspar; TORRÃO, Maria Manuel Ferraz. Ilhas, Portos e Cidades: Cartografia de Cabo Verde (Séculos XVIII-XX). Lisboa ,UNI-CV/IICT, 2010.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LIMA, Miguel Antônio. Intervenção do Secretário de Estado das Pescas. In: SECRETARIA DE ESTADO DAS PESCAS. Reflexões sobre a pesca em Cabo Verde. Praia, 1985.

LITTLE, Paul Eliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico Horizontes Antropológicos, v. 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun 2006.

MALDONADO, Simone Carneiro. Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: Annablume, 1993.

MALDONADO, Simone Carneiro. Pescadores do mar. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMALHO, Cristiano Wellington Norberto. Embarcações do encantamento: trabalho como arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. Revista de Antropologia, v. 54, n. 1, p. 315-352, 2012.

ROSALBAL, Damaris. Mulheres na pesca em Cabo Verde (título provisório). Projeto de qualificação de doutorado. PPGICH, 2016.

CASTRO-GOMEZ, SANTIAGO. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In Edgardo Lander (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas. Coleccion Sur-Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SHIVA, VANDANA. Monoculturas da Mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Adalberto. Apontamentos da história da Ilha do Maio. [S.l.: s.n.] 2013.

SILVA, Hílina Dolly Moniz. Pesca artesanal em Cabo Verde – Arte de pesca linha-de-mão – MT. Dissertação de Mestrado. Departamento de Biologia, Universidade de Aveiro, 51p. 2009.

SILVA, João Paulo Araújo. Homens e mulheres de “riba mar”: a pesca artesanal de porto inglês, cabo verde, em perspectiva etnográfica – MT. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais, 140p. 2018.

SILVA, Luis Geraldo Santos da. Caiçara de Jangadeiros: Cultura marítima e modernização no Brasil. CEMAR. São Paulo - 1993.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.